RGe ISSN: 2177-3246

VIOLÊNCIA PATRIMONIAL CONTRA A MULHER EM MANAUS, AMAZONAS: ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PREVENÇÃO E PROTEÇÃO NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

PROPERTY VIOLENCE AGAINST WOMEN IN MANAUS, AMAZONAS: ANALYSIS OF PUBLIC PREVENTION AND PROTECTION POLICIES IN THE CONTEXT OF DOMESTIC AND FAMILY VIOLENCE

VIOLENCIA PATRIMONIAL CONTRA LA MUJER EN MANAUS, AMAZONAS: ANÁLISIS DE LAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PREVENCIÓN Y PROTECCIÓN EN EL CONTEXTO DE LA VIOLENCIA DOMÉSTICA Y FAMILIAR

10.56238/revgeov17n5-085

Dayla Corrêa Campos
Bacharela em Direito
Instituição: Centro Universitário UniNorte - Manaus
E-mail: dayla.advocacia@gmail.com

Anacarla Cezario da Silva
Graduanda em Direito
Instituição: Centro Universitário UniNorte - Manaus
E-mail: cezariosilvia440@gmail.com

Charles Ulisses Vieitas Valente
Bacharel em Direito
Instituição: Fundação Getúlio Vargas - Manaus
E-mail: charlesvalenteadv@gmail.com

João Lopes Rodrigues
Graduando em Direito
Instituição: Universidade Nilton Lins - Manaus
E-mail: joaolopesrodrigues44@gmail.com

João Vitor Gomes de Aguiar
Graduando em Direito
Instituição: Centro Universitário UniNorte - Manaus
E-mail: victor935732@gmail.com

Nicolly Falcão Ricardo
Graduanda em Direito
Instituição: Universidade Nilton Lins - Manaus
E-mail: nicollyricardo2016@gmail.com

RGe
ISSN: 2177-3246

Sulyvan Micael Barbosa Fonseca
Graduanda em Direito
Instituição: Universidade Nilton Lins - Manaus
E-mail: sf.juridico18@gmail.com

Susamara Silva Duarte
Graduanda em Direito
Instituição: Centro Universitário UniNorte - Manaus
E-mail: susa_mara@hotmail.com

Tayla Guimarães Freitas
Graduanda em Direito
Instituição: Universidade Nilton Lins - Manaus
E-mail: TAYLAGFREITAS@gmail.com

Thaís Bentes de Oliveira
Bacharela em Direito
Instituição: Universidade Luterana do Brasil - Manaus
E-mail: thaisbentesoliveira@gmail.com

Dimas Melo Gonçalves
Mestre em Engenharia de Processos
Instituição: Faculdade Santa Teresa - Manaus
E-mail: dimasmelogoncalves@gmail.com

RESUMO
A violência doméstica e familiar contra a mulher representa uma das mais relevantes problemáticas sociais e jurídicas da contemporaneidade, atingindo diretamente a dignidade, a autonomia e os direitos fundamentais femininos. Entre as diferentes formas de violência previstas na legislação brasileira, a violência patrimonial destaca-se pela sua capacidade de restringir a independência econômica da vítima e perpetuar relações abusivas marcadas pelo controle financeiro e pela dependência econômica. Nesse contexto, o presente estudo teve como objetivo analisar as políticas públicas de prevenção e enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher, com ênfase na violência patrimonial no município de Manaus, Amazonas. A pesquisa caracteriza-se como revisão de literatura, de natureza qualitativa e abordagem descritiva e analítica, desenvolvida a partir de artigos científicos, documentos institucionais e relatórios técnicos publicados nos últimos cinco anos. Os resultados evidenciaram que a violência patrimonial permanece invisibilizada em diversos contextos sociais e institucionais, dificultando sua identificação e enfrentamento pelos órgãos públicos. Observou-se ainda que fatores como vulnerabilidade social, dependência econômica e limitações estruturais da rede de proteção contribuem para ampliação das dificuldades enfrentadas pelas mulheres vítimas de violência doméstica no contexto amazônico. Conclui-se que o fortalecimento das políticas públicas preventivas, da atuação intersetorial do Estado e dos mecanismos de autonomia financeira feminina constitui medida essencial para redução da violência patrimonial e garantia efetiva dos direitos das mulheres.

Palavras-chave: Amazônia. Políticas Públicas. Violência Doméstica. Violência Patrimonial. Mulheres.

ABSTRACT
Domestic and family violence against women represents one of the most significant social and legal issues in contemporary society, directly affecting women's dignity, autonomy, and fundamental rights. Among the different forms of violence established under Brazilian legislation, property violence stands

out due to its ability to restrict victims' economic independence and perpetuate abusive relationships marked by financial control and economic dependence. In this context, the present study aimed to analyze public policies for the prevention and confrontation of domestic and family violence against women, with emphasis on property violence in the city of Manaus, Amazonas. The research is characterized as a literature review, with a qualitative nature and a descriptive and analytical approach, developed through scientific articles, institutional documents, and technical reports published within the last five years. The results revealed that property violence remains socially and institutionally invisible in several contexts, making its identification and confrontation by public agencies more difficult. It was also observed that factors such as social vulnerability, economic dependence, and structural limitations within the protection network contribute to increasing the difficulties faced by women victims of domestic violence in the Amazon region. It is concluded that strengthening preventive public policies, intersectoral state action, and mechanisms aimed at women's financial autonomy constitutes an essential measure for reducing property violence and ensuring the effective protection of women's rights.

Keywords: Amazon. Domestic Violence. Property Violence. Public Policies. Women.

RESUMEN

La violencia doméstica y familiar contra la mujer representa una de las problemáticas sociales y jurídicas más relevantes de la contemporaneidad, afectando directamente la dignidad, la autonomía y los derechos fundamentales femeninos. Entre las diferentes formas de violencia previstas en la legislación brasileña, la violencia patrimonial se destaca por su capacidad de restringir la independencia económica de la víctima y perpetuar relaciones abusivas marcadas por el control financiero y la dependencia económica. En este contexto, el presente estudio tuvo como objetivo analizar las políticas públicas de prevención y enfrentamiento de la violencia doméstica y familiar contra la mujer, con énfasis en la violencia patrimonial en la ciudad de Manaus, Amazonas. La investigación se caracteriza como una revisión de literatura, de naturaleza cualitativa y enfoque descriptivo y analítico, desarrollada a partir de artículos científicos, documentos institucionales e informes técnicos publicados en los últimos cinco años. Los resultados evidenciaron que la violencia patrimonial permanece invisibilizada en diversos contextos sociales e institucionales, dificultando su identificación y enfrentamiento por parte de los organismos públicos. También se observó que factores como vulnerabilidad social, dependencia económica y limitaciones estructurales de la red de protección contribuyen al aumento de las dificultades enfrentadas por las mujeres víctimas de violencia doméstica en el contexto amazónico. Se concluye que el fortalecimiento de las políticas públicas preventivas, de la actuación intersectorial del Estado y de los mecanismos de autonomía financiera femenina constituye una medida esencial para la reducción de la violencia patrimonial y la garantía efectiva de los derechos de las mujeres.

Palabras clave: Amazonia. Mujeres. Políticas Públicas. Violencia Doméstica. Violencia Patrimonial.

1 INTRODUÇÃO

A violência doméstica e familiar contra a mulher permanece como uma das mais graves violações de direitos humanos na sociedade contemporânea, atingindo mulheres de diferentes classes sociais, faixas etárias e contextos culturais. Entre as diversas manifestações dessa violência, a violência patrimonial destaca-se pela sua capacidade de comprometer diretamente a autonomia econômica e a liberdade financeira da vítima, frequentemente permanecendo invisibilizada tanto no âmbito social quanto institucional. Nesse cenário, a Lei Maria da Penha representou importante avanço jurídico ao reconhecer a violência patrimonial como uma das formas de violência doméstica, ampliando os mecanismos legais de proteção às mulheres em situação de vulnerabilidade.

Segundo Campos (2024), a violência baseada no gênero possui raízes estruturais relacionadas às desigualdades históricas entre homens e mulheres, ultrapassando a compreensão limitada da violência como simples conflito interpessoal. Tal perspectiva demonstra que práticas de controle econômico, retenção de bens e restrição financeira configuram instrumentos de manutenção da dominação masculina nas relações familiares. Dessa forma, a violência patrimonial não se restringe aos prejuízos materiais sofridos pela vítima, mas alcança também sua autonomia psicológica, emocional e social.

A realidade brasileira demonstra que a violência patrimonial ainda enfrenta elevados índices de subnotificação e dificuldades de identificação pelos órgãos responsáveis pela proteção das vítimas. Sousa et al. (2024) destacam que a ausência de padronização dos registros institucionais e a invisibilidade social dessa modalidade de violência dificultam a formulação de políticas públicas preventivas mais eficientes. Além disso, muitas mulheres não reconhecem determinadas práticas abusivas como formas de violência doméstica, especialmente quando relacionadas ao controle financeiro exercido pelo agressor dentro do ambiente familiar.

No contexto amazônico, os desafios tornam-se ainda mais complexos em razão das desigualdades territoriais, limitações estruturais dos serviços públicos e dificuldades de acesso à rede de proteção. O Instituto Igarapé (2024) evidencia que a Amazônia Legal apresenta índices preocupantes de violência contra mulheres, associados à vulnerabilidade social, à fragilidade institucional e às dificuldades de acesso aos mecanismos de denúncia e acolhimento. Em Manaus, tais fatores contribuem para ampliação dos obstáculos enfrentados pelas vítimas de violência doméstica e patrimonial, exigindo fortalecimento das políticas públicas de prevenção e proteção.

A violência patrimonial produz impactos profundos na vida das mulheres, comprometendo sua independência financeira e dificultando o rompimento do ciclo de violência. Quirino et al. (2026) afirmam que práticas como retenção de documentos, destruição de bens pessoais, controle de salários e impedimento do acesso aos recursos financeiros funcionam como mecanismos de submissão e controle dentro das relações abusivas. Essa realidade evidencia a necessidade de compreender a

violência patrimonial não apenas sob perspectiva jurídica, mas também social, econômica e institucional.

Diante desse cenário, torna-se relevante investigar de que maneira as políticas públicas de prevenção e enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher têm atuado na proteção das vítimas de violência patrimonial no município de Manaus, Amazonas. A pesquisa busca compreender os principais desafios enfrentados pela rede institucional de proteção, bem como analisar os mecanismos preventivos existentes e sua efetividade diante das especificidades regionais da Amazônia.

A discussão sobre violência doméstica e familiar contra a mulher exige abordagem multidisciplinar, considerando os impactos jurídicos, sociais, econômicos e institucionais produzidos pelas diferentes formas de violência previstas na legislação brasileira. Nesse sentido, Costa et al. (2024) destacam que políticas públicas eficazes devem atuar de maneira integrada, articulando ações preventivas, protetivas e assistenciais capazes de reduzir a vulnerabilidade das vítimas e promover maior efetividade no enfrentamento da violência de gênero. Tal entendimento reforça a importância da atuação conjunta entre segurança pública, assistência social, saúde e Poder Judiciário.

No estado do Amazonas, a ampliação das políticas públicas voltadas à proteção das mulheres tem buscado fortalecer os mecanismos institucionais de prevenção e acolhimento das vítimas de violência doméstica. A Secretaria de Segurança Pública do Amazonas (2025) aponta que o enfrentamento da violência contra mulheres depende da integração entre diferentes setores governamentais, especialmente em razão das particularidades territoriais e sociais presentes na região amazônica. Contudo, permanecem desafios relacionados à cobertura dos serviços especializados e à efetiva implementação das ações preventivas em áreas socialmente vulneráveis.

A presença de organismos especializados também exerce papel fundamental na proteção das mulheres em situação de violência. Gomes et al. (2025) observam que instituições pró-mulheres contribuem significativamente para fortalecimento da rede de acolhimento, acesso à justiça e encaminhamento das vítimas aos serviços de assistência social e psicológica. Em cidades marcadas por desigualdades sociais, como Manaus, tais estruturas tornam-se essenciais para redução da vulnerabilidade feminina e ampliação da proteção institucional diante das múltiplas formas de violência doméstica.

Outro aspecto relevante refere-se aos impactos da violência doméstica sobre a saúde física e emocional das vítimas. Alcantara et al. (2024) defendem que o cuidado integral às mulheres em situação de violência deve considerar os efeitos psicológicos, sociais e econômicos produzidos pelas práticas abusivas. Segundo as autoras, a violência patrimonial frequentemente compromete a estabilidade financeira e emocional da mulher, dificultando o rompimento da relação abusiva e ampliando os danos decorrentes da violência doméstica.

Além disso, os efeitos sociais recentes intensificaram os desafios relacionados ao acesso à justiça pelas mulheres vítimas de violência doméstica. Paiva et al. (2023) demonstram que situações de crise social e econômica ampliam a dependência financeira feminina e dificultam o acionamento dos mecanismos institucionais de proteção. Esse cenário evidencia a necessidade de fortalecimento contínuo das políticas públicas preventivas, especialmente em regiões marcadas pela vulnerabilidade socioeconômica e pelas limitações estruturais dos serviços públicos.

Dessa forma, a presente pesquisa justifica-se pela necessidade de ampliar as discussões acadêmicas sobre violência patrimonial contra a mulher no contexto amazônico, considerando as especificidades sociais e institucionais de Manaus, Amazonas. O estudo possui como objetivo analisar as políticas públicas de prevenção e enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher, com ênfase na violência patrimonial, buscando compreender os principais desafios existentes na rede de proteção e a efetividade das estratégias institucionais voltadas à garantia dos direitos femininos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A violência doméstica e familiar contra a mulher representa uma das mais persistentes violações de direitos humanos na sociedade contemporânea, manifestando-se por meio de agressões físicas, psicológicas, sexuais, morais e patrimoniais. No contexto brasileiro, a ampliação do debate jurídico e institucional acerca dessas violências consolidou a necessidade de compreender a problemática de forma multidimensional, especialmente em regiões marcadas por desigualdades sociais e dificuldades estruturais de acesso às políticas públicas, como ocorre em Manaus, Amazonas. Nesse sentido, Campos (2024) destaca que a violência baseada no gênero não pode ser interpretada apenas como conflito interpessoal, mas como reflexo de relações históricas de poder e subordinação feminina presentes nas estruturas sociais.

A Lei Maria da Penha ampliou significativamente o conceito jurídico de violência doméstica ao reconhecer diferentes formas de agressão contra a mulher, incluindo a violência patrimonial. Segundo Campos (2024), a disputa conceitual em torno da violência de gênero demonstra que as práticas de controle econômico e financeiro exercidas contra mulheres possuem forte relação com a manutenção da dependência emocional e material da vítima perante o agressor. Assim, a violência patrimonial ultrapassa a simples retenção de bens, envolvendo mecanismos sistemáticos de dominação que comprometem autonomia, dignidade e liberdade feminina.

A discussão sobre violência patrimonial ganha relevância diante da invisibilidade social dessa modalidade de violência. Quirino et al. (2026) apontam que grande parte das vítimas sequer reconhece determinadas práticas abusivas como violência, sobretudo quando relacionadas ao controle de salários, retenção de documentos, destruição de objetos pessoais ou impedimento de acesso a recursos financeiros. Conforme os autores, a literatura recente demonstra que a violência patrimonial costuma

ocorrer associada a outras formas de violência doméstica, funcionando como instrumento de manutenção do ciclo de submissão da mulher dentro do ambiente familiar.

Ao analisar a estrutura das políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher, Costa et al. (2024) afirmam que a efetividade das ações governamentais depende da integração entre prevenção, proteção, assistência e responsabilização do agressor. Os autores defendem que políticas fragmentadas tendem a produzir baixa capacidade de intervenção social, especialmente em contextos de vulnerabilidade econômica. Dessa maneira, a avaliação das políticas públicas exige observação não apenas da existência formal dos programas institucionais, mas também da sua efetiva capacidade de alcançar mulheres em situação de risco.

A realidade amazônica apresenta particularidades que intensificam os desafios de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica. O Instituto Igarapé (2024) evidencia que os estados da Amazônia Legal apresentam elevados índices de violência contra mulheres, associados à desigualdade territorial, limitações estruturais dos serviços públicos e dificuldades de acesso aos órgãos de proteção. O estudo demonstra que municípios com menor presença estatal enfrentam maiores obstáculos para implementação de políticas preventivas, fator que repercute diretamente na subnotificação dos casos de violência patrimonial.

No caso específico do Amazonas, o Plano Estadual de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulheres estabelece estratégias voltadas à ampliação da rede de proteção, fortalecimento institucional e promoção de ações educativas destinadas à prevenção da violência doméstica. A Secretaria de Segurança Pública do Amazonas (2025) ressalta que o enfrentamento à violência contra a mulher demanda articulação intersetorial entre segurança pública, assistência social, saúde e Poder Judiciário, buscando garantir proteção integral às vítimas. Essa perspectiva demonstra que o combate à violência patrimonial exige atuação coordenada entre diferentes órgãos públicos.

A importância das instituições especializadas também é enfatizada por Gomes et al. (2025), ao analisarem a relação entre organismos de proteção às mulheres e redução dos índices de violência no Brasil. Segundo os autores, localidades que possuem estruturas institucionais específicas, como delegacias especializadas, centros de acolhimento e programas de assistência jurídica, tendem a apresentar melhores condições de enfrentamento à violência doméstica. Tal constatação possui especial relevância para Manaus, considerando a necessidade de fortalecimento contínuo da rede de proteção feminina diante do crescimento das demandas judiciais relacionadas à violência familiar.

No âmbito da assistência às vítimas, Alcantara et al. (2024) defendem que o cuidado integral às mulheres em situação de violência deve considerar não apenas as consequências físicas das agressões, mas também os impactos emocionais, sociais e econômicos decorrentes das práticas abusivas. As autoras afirmam que a violência patrimonial frequentemente produz efeitos prolongados sobre a autonomia financeira da mulher, dificultando sua capacidade de romper o ciclo de violência

doméstica. Dessa forma, políticas públicas preventivas necessitam incorporar estratégias de fortalecimento econômico e inclusão social das vítimas, especialmente em regiões periféricas e vulneráveis.

A produção de informações estatísticas sobre violência doméstica constitui instrumento essencial para formulação de políticas públicas preventivas e mecanismos institucionais de proteção às mulheres. Sousa et al. (2024) argumentam que a existência de múltiplas bases de dados sobre violência contra a mulher revela avanços no monitoramento institucional, mas também evidencia desafios relacionados à padronização das informações e à subnotificação dos casos. Segundo os autores, a ausência de registros completos dificulta a identificação precisa das formas de violência patrimonial, uma vez que muitas ocorrências acabam classificadas apenas como violência psicológica ou moral.

No contexto amazonense, a análise dos dados produzidos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas demonstra crescimento significativo das demandas relacionadas à violência doméstica e familiar. O relatório do TJAM (2026) evidencia que fatores como dependência financeira, vulnerabilidade social e relações afetivas marcadas pelo controle econômico aparecem frequentemente associados aos episódios de violência contra mulheres em Manaus. Os dados apresentados reforçam a necessidade de fortalecimento das políticas preventivas voltadas especificamente ao reconhecimento da violência patrimonial como modalidade autônoma de violação de direitos.

Além da dimensão jurídica, a violência patrimonial apresenta profundas consequências sociais e econômicas para as vítimas. Quirino et al. (2026) observam que o controle patrimonial exercido pelo agressor compromete diretamente a independência financeira feminina, criando barreiras para o encerramento da relação abusiva. Em diversos casos, a retenção de documentos, destruição de bens pessoais e apropriação de recursos financeiros são utilizadas como mecanismos de intimidação e submissão. Conforme apontam os autores, tais práticas reforçam relações de desigualdade estrutural de gênero presentes na sociedade brasileira.

A compreensão da violência patrimonial também exige análise das relações institucionais existentes no âmbito das políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica. Costa et al. (2024) afirmam que programas governamentais eficazes devem atuar de maneira preventiva, promovendo ações educativas capazes de desconstruir padrões culturais associados à naturalização da violência contra mulheres. Para os autores, políticas limitadas apenas à repressão criminal tendem a apresentar resultados insuficientes, especialmente quando não acompanhadas de iniciativas voltadas à autonomia econômica feminina.

Essa perspectiva dialoga com o entendimento apresentado por Gomes et al. (2025), segundo o qual a presença de instituições pró-mulheres influencia diretamente a capacidade estatal de proteção das vítimas. Os autores identificam que estruturas institucionais especializadas contribuem para maior

acolhimento, orientação jurídica e encaminhamento das mulheres aos serviços de assistência social e psicológica. Em cidades marcadas por desigualdades urbanas e territoriais, como Manaus, tais mecanismos tornam-se fundamentais para reduzir a vulnerabilidade social das vítimas de violência doméstica e patrimonial.

O cuidado integral às mulheres em situação de violência constitui elemento central na efetivação dos direitos previstos pela legislação brasileira. Alcantara et al. (2024) defendem que a atuação dos serviços públicos deve ocorrer de maneira humanizada e interdisciplinar, reconhecendo que a violência doméstica produz impactos múltiplos na saúde física e mental das vítimas. As autoras destacam que a ausência de autonomia financeira frequentemente dificulta o afastamento da mulher do ambiente violento, razão pela qual políticas públicas de proteção precisam incorporar ações de inclusão econômica e fortalecimento social.

No âmbito regional, o Instituto Igarapé (2024) ressalta que a Amazônia Legal apresenta características particulares que agravam os obstáculos ao enfrentamento da violência contra mulheres. Questões relacionadas às distâncias territoriais, insuficiência de equipamentos públicos e limitações no acesso à justiça comprometem a efetividade das políticas preventivas. O estudo demonstra que mulheres residentes em áreas periféricas ou socialmente vulneráveis enfrentam maiores dificuldades para denunciar situações de violência patrimonial, sobretudo em razão da dependência econômica em relação ao agressor.

A atuação estatal no Amazonas tem buscado ampliar estratégias de prevenção e proteção às mulheres por meio de políticas intersetoriais. O Plano Estadual de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulheres estabelece ações voltadas à educação em direitos, capacitação profissional, fortalecimento da rede de acolhimento e ampliação dos serviços especializados no estado. A Secretaria de Segurança Pública do Amazonas (2025) sustenta que o combate à violência doméstica exige integração permanente entre órgãos de segurança, assistência social, saúde e Poder Judiciário, permitindo respostas institucionais mais eficazes diante das diferentes formas de violência previstas na legislação brasileira.

A efetividade das políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica depende, ainda, da capacidade institucional de garantir acesso à justiça às mulheres em situação de vulnerabilidade. Nesse contexto, Paiva et al. (2023) destacam que períodos de crise social e sanitária ampliam os obstáculos enfrentados pelas vítimas, especialmente em relação à denúncia das agressões e ao acionamento dos mecanismos de proteção estatal. As autoras observam que o isolamento social intensificou situações de controle econômico e dependência financeira, agravando práticas de violência patrimonial no ambiente doméstico.

A dificuldade de acesso aos órgãos de proteção demonstra que o enfrentamento da violência contra a mulher não pode limitar-se à existência formal de normas jurídicas. Campos (2024) sustenta

que a violência baseada no gênero possui raízes estruturais associadas às relações históricas de desigualdade entre homens e mulheres. Dessa forma, políticas públicas preventivas necessitam atuar também na transformação cultural e educacional da sociedade, promovendo mecanismos capazes de desconstruir práticas naturalizadas de dominação econômica e patrimonial dentro das relações familiares.

Ao discutir os instrumentos de avaliação das políticas públicas, Costa et al. (2024) afirmam que a análise da efetividade estatal deve considerar indicadores relacionados à prevenção, proteção e assistência às vítimas. Para os autores, a simples criação de programas institucionais não garante resultados concretos sem adequada articulação entre os serviços públicos responsáveis pelo atendimento das mulheres. Tal entendimento possui relevância para Manaus, considerando os desafios estruturais enfrentados pela rede de proteção no contexto amazônico.

A análise regional apresentada pelo Instituto Igarapé (2024) demonstra que a Amazônia Legal concentra fatores sociais que contribuem para manutenção da violência doméstica, incluindo desigualdade econômica, fragilidade institucional e limitações territoriais no acesso às políticas públicas. O estudo evidencia que a violência patrimonial se manifesta de maneira ainda mais severa em contextos marcados pela dependência financeira feminina e pela precariedade das condições socioeconômicas. Assim, a formulação de políticas preventivas exige sensibilidade às especificidades locais e regionais.

No Amazonas, as ações institucionais voltadas à prevenção da violência doméstica têm buscado fortalecer mecanismos de acolhimento e proteção às vítimas. O Plano Estadual de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulheres estabelece diretrizes voltadas à ampliação da rede de assistência, capacitação de profissionais e desenvolvimento de campanhas educativas permanentes. Segundo a Secretaria de Segurança Pública do Amazonas (2025), o enfrentamento da violência doméstica demanda atuação integrada entre diferentes setores governamentais, reconhecendo a complexidade social das múltiplas formas de violência contra a mulher.

Os dados produzidos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas revelam a permanência de elevados índices de violência doméstica no estado, evidenciando a necessidade de fortalecimento contínuo das políticas públicas de prevenção. O TJAM (2026) aponta que a dependência econômica permanece como elemento recorrente nas relações abusivas analisadas pelo sistema de justiça, fator diretamente relacionado à violência patrimonial. Tal realidade reforça a importância de políticas voltadas à autonomia financeira feminina como instrumento de redução da vulnerabilidade social das vítimas.

No campo da assistência social e da saúde pública, Alcantara et al. (2024) defendem que o atendimento às mulheres em situação de violência deve ocorrer de forma integral, considerando os impactos emocionais, físicos e econômicos decorrentes das agressões. As autoras ressaltam que

práticas de violência patrimonial frequentemente comprometem a estabilidade financeira da vítima, dificultando o rompimento do vínculo com o agressor. Nesse sentido, programas de qualificação profissional, inclusão produtiva e fortalecimento econômico tornam-se estratégias fundamentais de prevenção.

A literatura recente também demonstra que o fortalecimento das instituições especializadas contribui para melhoria das políticas públicas de proteção às mulheres. Gomes et al. (2025) identificam que localidades com maior presença de organismos voltados à defesa dos direitos femininos apresentam melhores condições de enfrentamento à violência doméstica. Tal constatação evidencia a necessidade de investimentos contínuos na estrutura institucional de Manaus, especialmente diante das demandas crescentes relacionadas à violência patrimonial e familiar.

Diante desse cenário, verifica-se que a violência patrimonial contra a mulher constitui fenômeno complexo e multifatorial, diretamente associado às desigualdades estruturais de gênero e às limitações institucionais existentes no contexto amazônico. As fontes analisadas demonstram que o fortalecimento das políticas públicas preventivas em Manaus exige atuação integrada entre segurança pública, assistência social, saúde, educação e Poder Judiciário, buscando assegurar proteção efetiva, autonomia econômica e garantia dos direitos fundamentais das mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

3 METODOLOGIA

O presente artigo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, desenvolvida por meio de revisão de literatura, com enfoque analítico e descritivo acerca das políticas de prevenção contra a violência doméstica e familiar contra a mulher, especialmente no que se refere à violência patrimonial no contexto de Manaus, Amazonas. A escolha da revisão de literatura justifica-se pela necessidade de reunir, sistematizar e interpretar produções científicas e institucionais recentes sobre o tema, permitindo compreensão ampliada dos mecanismos de prevenção, proteção e enfrentamento dessa modalidade de violência.

A pesquisa foi conduzida a partir da seleção de materiais científicos e documentos institucionais publicados nos últimos cinco anos, priorizando estudos com relevância acadêmica, pertinência temática e alinhamento ao objeto investigado. Foram utilizados exclusivamente artigos científicos, relatórios institucionais e documentos técnicos considerados confiáveis e compatíveis com a proposta da pesquisa, possibilitando análise crítica das políticas públicas relacionadas à violência doméstica e patrimonial contra mulheres no Brasil e na região amazônica.

O levantamento bibliográfico concentrou-se em bases acadêmicas reconhecidas nacional e internacionalmente, incluindo SciELO, periódicos científicos indexados e documentos oficiais produzidos por órgãos públicos e instituições especializadas. A seleção das fontes considerou critérios

relacionados à identificação da autoria, atualidade das publicações, coerência temática, disponibilidade do texto completo e relevância científica para o desenvolvimento da pesquisa. Foram excluídos materiais sem autoria identificável, textos opinativos, conteúdos duplicados, documentos sem validação acadêmica e publicações que não apresentassem relação direta com o objeto do estudo.

A etapa de coleta de dados ocorreu mediante leitura exploratória, seletiva e analítica das obras previamente selecionadas, permitindo identificação dos principais conceitos, abordagens jurídicas, fatores sociais e elementos institucionais relacionados à violência patrimonial contra a mulher. Posteriormente, realizou-se a organização temática das informações, agrupando os conteúdos em eixos centrais relacionados à violência de gênero, políticas públicas de prevenção, proteção institucional, acesso à justiça e vulnerabilidade social feminina no contexto amazônico.

A análise dos dados fundamentou-se na interpretação qualitativa do conteúdo das produções científicas e institucionais selecionadas. Esse procedimento permitiu identificar convergências, divergências e lacunas existentes na literatura recente acerca da efetividade das políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher. A análise também possibilitou compreender de que maneira fatores econômicos, sociais e estruturais influenciam a ocorrência da violência patrimonial e dificultam a autonomia feminina em situações de vulnerabilidade.

A delimitação territorial da pesquisa concentrou-se na cidade de Manaus, Amazonas, considerando as especificidades regionais da Amazônia Legal e os desafios enfrentados pela rede de proteção às mulheres no estado. Tal recorte justifica-se pela relevância social do tema no contexto amazonense, marcado por desigualdades sociais, limitações estruturais de acesso aos serviços públicos e crescimento das demandas relacionadas à violência doméstica e familiar.

Como limitações metodológicas, reconhece-se a dependência de dados secundários disponíveis nas produções científicas e documentos institucionais analisados, bem como a possibilidade de subnotificação dos casos de violência patrimonial registrados pelos órgãos oficiais. Ainda assim, a utilização de fontes acadêmicas recentes e documentos institucionais especializados contribuiu para maior consistência analítica da pesquisa, permitindo construção teórica coerente com os objetivos propostos no estudo.

O quadro a seguir apresenta as principais fontes utilizadas no desenvolvimento da presente pesquisa, contemplando artigos científicos, documentos institucionais e relatórios técnicos relacionados às políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher, com ênfase na violência patrimonial no contexto de Manaus, Amazonas. A organização dessas fontes permite visualizar a diversidade dos materiais empregados na fundamentação teórica e metodológica do estudo, evidenciando o caráter interdisciplinar e atualizado da pesquisa.

Quadro I - Fontes científicas e institucionais utilizadas na fundamentação da pesquisa

Autor principal/Instituição	Título do documento	Tipo de fonte	Ano
Alcantara	Cuidado integral às mulheres vítimas de violência	Artigo científico	2024
Campos	Violência baseada no gênero na Lei Maria da Penha: um conceito em disputa	Artigo científico	2024
Costa	Violência contra a mulher: um modelo de avaliação de políticas públicas	Artigo científico	2024
Gomes	A existência de instituições pró-mulheres e a violência contra mulher no Brasil	Artigo científico	2025
Instituto Igarapé	A violência contra mulheres na Amazônia Legal nos últimos cinco anos em comparação com o restante do país	Relatório técnico institucional	2024
Paiva	O impacto da pandemia de Covid-19 no acesso à justiça para mulheres em situação de violência doméstica e familiar	Artigo científico	2023
Quirino	Violência patrimonial: uma revisão integrativa da literatura	Artigo científico	2026
Secretaria de Segurança Pública do Amazonas	Plano Estadual de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulheres	Documento oficial	2025
Sousa	Fontes de informação sobre a violência contra a mulher no Brasil	Artigo científico	2024
Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas	Perfil sociodemográfico de mulheres e autores de violência doméstica e as circunstâncias da violência no ano de 2025	Documento oficial	2026

Fonte: Própria dos autores.

A análise das fontes apresentadas demonstra que a pesquisa foi construída a partir de materiais científicos e institucionais recentes, permitindo abordagem multidisciplinar sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher. Observa-se predominância de artigos científicos voltados à análise das políticas públicas, violência de gênero, proteção institucional e violência patrimonial, complementados por documentos oficiais relacionados ao contexto amazônico e às ações desenvolvidas no estado do Amazonas.

Essa diversidade de fontes contribui para maior aprofundamento teórico e fortalecimento da análise crítica proposta pelo estudo, especialmente no que se refere aos desafios enfrentados pelas políticas preventivas e pela rede de proteção às mulheres em Manaus.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise das produções científicas e documentos institucionais utilizados na presente pesquisa evidencia que a violência patrimonial permanece como uma das modalidades menos identificadas e debatidas no contexto da violência doméstica e familiar contra a mulher. Embora a legislação brasileira reconheça formalmente essa forma de violência, os resultados demonstram que ainda existem dificuldades institucionais e sociais relacionadas ao reconhecimento das práticas abusivas que envolvem controle econômico, retenção de bens e limitação da autonomia financeira feminina. Nesse

sentido, Quirino et al. (2026) afirmam que a violência patrimonial frequentemente ocorre de forma silenciosa, dificultando a percepção da vítima e a intervenção estatal adequada.

Os dados analisados também revelam que a violência patrimonial está diretamente associada às relações estruturais de desigualdade de gênero. Campos (2024) destaca que a violência baseada no gênero não pode ser interpretada isoladamente, uma vez que decorre de padrões históricos de dominação masculina e subordinação feminina presentes na sociedade brasileira. Tal compreensão permite observar que o controle patrimonial constitui mecanismo de manutenção do poder exercido pelo agressor dentro das relações familiares, comprometendo a liberdade econômica e social da mulher.

No contexto amazônico, os resultados indicam que as vulnerabilidades territoriais e socioeconômicas intensificam os desafios enfrentados pelas mulheres vítimas de violência doméstica. O Instituto Igarapé (2024) demonstra que a Amazônia Legal apresenta obstáculos estruturais relacionados ao acesso aos serviços públicos, à atuação institucional e à proteção das vítimas, especialmente em localidades marcadas por desigualdades sociais e precariedade da presença estatal. Em Manaus, tais dificuldades refletem diretamente na capacidade das mulheres denunciarem situações de violência patrimonial e buscarem assistência jurídica e social.

A análise do Plano Estadual de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulheres evidencia avanços institucionais importantes no estado do Amazonas. A Secretaria de Segurança Pública do Amazonas (2025) aponta que as políticas estaduais têm buscado ampliar ações educativas, fortalecer a rede de proteção e promover integração entre segurança pública, assistência social e sistema de justiça. Contudo, os resultados observados demonstram que ainda persistem limitações relacionadas à cobertura dos serviços especializados e à efetiva implementação das políticas preventivas em todas as áreas urbanas e periféricas de Manaus.

Outro aspecto relevante identificado na pesquisa refere-se à importância das instituições especializadas no enfrentamento da violência doméstica. Gomes et al. (2025) observam que a presença de organismos pró-mulheres contribui significativamente para melhoria da proteção institucional, especialmente por meio do acolhimento jurídico e social das vítimas. Os resultados sugerem que municípios e estados com estruturas especializadas mais consolidadas apresentam melhores condições de enfrentamento à violência doméstica, inclusive no que se refere às práticas de violência patrimonial.

A produção de informações estatísticas também se mostrou elemento essencial para compreensão da problemática investigada. Sousa et al. (2024) afirmam que a existência de bases de dados sobre violência contra mulheres possibilita maior visibilidade social do problema e contribui para formulação de políticas públicas mais eficientes. Entretanto, os autores alertam que a subnotificação ainda representa obstáculo relevante, sobretudo nos casos de violência patrimonial, frequentemente invisibilizados nos registros institucionais e nas denúncias formais.

Os dados apresentados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas demonstram crescimento expressivo das demandas relacionadas à violência doméstica e familiar contra a mulher nos últimos anos. O TJAM (2026) evidencia que fatores como dependência financeira, vulnerabilidade econômica e ausência de suporte institucional adequado aparecem de forma recorrente nas situações analisadas pelo sistema de justiça estadual. Tal realidade reforça a necessidade de fortalecimento das políticas públicas preventivas voltadas à autonomia econômica feminina e à proteção patrimonial das vítimas.

Além das consequências jurídicas e sociais, os resultados apontam que a violência patrimonial produz impactos significativos na saúde física e emocional das mulheres. Alcantara et al. (2024) destacam que práticas de controle econômico e restrição financeira frequentemente desencadeiam sofrimento psicológico, insegurança social e dificuldades para rompimento do ciclo de violência. As autoras defendem que políticas públicas eficazes devem adotar abordagem interdisciplinar e humanizada, considerando os múltiplos efeitos produzidos pelas diferentes formas de violência doméstica.

A análise das fontes selecionadas demonstra que as políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica possuem maior efetividade quando estruturadas de maneira integrada e contínua. Costa et al. (2024) afirmam que ações isoladas e exclusivamente repressivas apresentam limitações significativas na prevenção da violência contra mulheres, especialmente nos casos em que a vítima permanece economicamente dependente do agressor. Os resultados identificados nesta pesquisa indicam que a ausência de políticas voltadas à autonomia financeira feminina contribui para manutenção dos ciclos de violência patrimonial no ambiente familiar.

Nesse cenário, observa-se que a violência patrimonial assume papel estratégico dentro das relações abusivas, funcionando como instrumento de controle e submissão da vítima. Quirino et al. (2026) destacam que práticas como retenção de documentos, destruição de objetos pessoais, controle de salários e impedimento do acesso aos recursos financeiros comprometem diretamente a capacidade de independência das mulheres. Os resultados analisados revelam que tais condutas frequentemente ocorrem de maneira associada à violência psicológica e moral, ampliando os danos sociais e emocionais sofridos pelas vítimas.

A vulnerabilidade econômica feminina aparece como fator recorrente nas discussões presentes nas fontes analisadas. Segundo Alcantara et al. (2024), mulheres submetidas à violência patrimonial tendem a apresentar maior dificuldade de rompimento do vínculo abusivo, sobretudo em razão da ausência de condições financeiras para reorganização da própria vida. As autoras ressaltam que políticas públicas de acolhimento precisam incorporar programas de inclusão produtiva, qualificação profissional e fortalecimento econômico, especialmente em regiões marcadas pela desigualdade social.

No contexto de Manaus, os resultados demonstram que as particularidades geográficas e sociais

da Amazônia influenciam diretamente a efetividade das políticas públicas de proteção às mulheres. O Instituto Igarapé (2024) evidencia que a insuficiência de equipamentos públicos especializados e as dificuldades de acesso aos serviços institucionais contribuem para fragilização da rede de proteção na Amazônia Legal. Essa realidade torna-se ainda mais preocupante diante do crescimento das demandas relacionadas à violência doméstica e familiar registradas pelos órgãos públicos do Amazonas.

A atuação do Poder Judiciário estadual também representa elemento importante no enfrentamento da violência doméstica. Os dados do TJAM (2026) demonstram aumento das ocorrências envolvendo relações marcadas pela dependência econômica e pelo controle patrimonial exercido pelo agressor. Os resultados analisados indicam que muitas vítimas chegam ao sistema de justiça já inseridas em contextos prolongados de violência psicológica, financeira e social, evidenciando a necessidade de fortalecimento das medidas preventivas e educativas voltadas à proteção das mulheres.

No âmbito institucional, Gomes et al. (2025) ressaltam que a presença de organismos especializados contribui para maior eficiência das políticas públicas de proteção feminina. Os autores identificam que delegacias especializadas, centros de referência e programas de acolhimento possuem impacto positivo na redução da vulnerabilidade social das vítimas, especialmente quando articulados com serviços de assistência jurídica, psicológica e social. Em Manaus, tais mecanismos tornam-se fundamentais diante das limitações estruturais enfrentadas pela rede pública de proteção.

Os resultados também evidenciam a importância da produção e sistematização de informações sobre violência doméstica e patrimonial. Sousa et al. (2024) afirmam que a ausência de registros padronizados dificulta a formulação de políticas públicas mais eficazes, além de comprometer a compreensão real da dimensão da violência patrimonial no Brasil. A pesquisa demonstra que a subnotificação permanece como um dos principais obstáculos ao enfrentamento da violência contra mulheres, sobretudo em contextos de vulnerabilidade econômica e dependência financeira.

Outro aspecto relevante identificado refere-se à necessidade de fortalecimento das ações educativas e preventivas voltadas à desconstrução da violência de gênero. Campos (2024) argumenta que o enfrentamento da violência doméstica exige transformação cultural capaz de romper padrões históricos de desigualdade entre homens e mulheres. Os resultados obtidos indicam que políticas públicas centradas apenas na responsabilização penal do agressor tendem a apresentar alcance limitado quando desacompanhadas de iniciativas educativas, sociais e econômicas voltadas à proteção integral da mulher.

Os resultados obtidos na presente pesquisa demonstram que a violência patrimonial permanece inserida em um contexto de invisibilidade social e institucional, mesmo diante dos avanços legislativos promovidos pela Lei Maria da Penha. As análises realizadas indicam que muitas mulheres não reconhecem determinadas práticas de controle econômico como formas de violência doméstica, fator

que dificulta tanto a denúncia quanto a atuação preventiva do Estado. Conforme observado por Quirino et al. (2026), a violência patrimonial frequentemente se manifesta de maneira silenciosa e progressiva, tornando-se instrumento de manutenção da dependência e submissão feminina.

A análise das políticas públicas evidencia que a integração entre os diferentes órgãos da rede de proteção representa elemento indispensável para o enfrentamento da violência doméstica e familiar. A Secretaria de Segurança Pública do Amazonas (2025) ressalta que ações articuladas entre segurança pública, assistência social, saúde e Poder Judiciário ampliam a capacidade institucional de acolhimento e proteção das vítimas. Os resultados desta pesquisa demonstram que a ausência de integração entre esses setores reduz significativamente a efetividade das medidas preventivas e dificulta a proteção integral das mulheres em situação de vulnerabilidade.

Outro aspecto identificado refere-se à influência das desigualdades socioeconômicas na perpetuação da violência patrimonial. Costa et al. (2024) afirmam que mulheres economicamente dependentes encontram maiores obstáculos para romper relações abusivas, sobretudo em contextos marcados pela precariedade do acesso às políticas públicas. Em Manaus, os resultados analisados sugerem que fatores relacionados à vulnerabilidade social, desemprego e limitação dos serviços especializados intensificam os impactos da violência doméstica e comprometem a autonomia feminina.

No âmbito regional, o Instituto Igarapé (2024) evidencia que os estados da Amazônia Legal apresentam dificuldades estruturais específicas relacionadas à proteção das mulheres vítimas de violência. Questões territoriais, limitações institucionais e desigualdade na distribuição dos serviços públicos contribuem para fragilidade da rede de enfrentamento à violência doméstica. Os resultados da presente pesquisa reforçam que tais fatores possuem impacto direto na capacidade das vítimas acessarem mecanismos de denúncia, assistência jurídica e acolhimento social no estado do Amazonas.

A atuação das instituições especializadas também se mostrou relevante para redução da vulnerabilidade das mulheres vítimas de violência patrimonial. Gomes et al. (2025) observam que organismos pró-mulheres exercem papel fundamental na promoção da assistência jurídica, psicológica e social, fortalecendo a proteção institucional e ampliando o acesso das vítimas aos seus direitos. Em Manaus, os resultados indicam que o fortalecimento dessas estruturas pode contribuir significativamente para melhoria das políticas públicas de prevenção e enfrentamento da violência doméstica.

Além da dimensão institucional, os resultados demonstram que a violência patrimonial produz impactos profundos sobre a saúde emocional e social das vítimas. Alcantara et al. (2024) afirmam que o controle financeiro e a restrição econômica frequentemente desencadeiam sofrimento psicológico, insegurança social e redução da autoestima feminina. A pesquisa evidencia que mulheres submetidas à violência patrimonial tendem a enfrentar maiores dificuldades para reconstrução da autonomia pessoal e financeira, reforçando a necessidade de políticas públicas interdisciplinares e humanizadas.

Os dados analisados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas revelam crescimento contínuo das demandas relacionadas à violência doméstica e familiar contra a mulher. O TJAM (2026) demonstra que fatores econômicos aparecem frequentemente associados às situações de violência analisadas pelo sistema de justiça estadual. Essa realidade confirma que a violência patrimonial não pode ser tratada como aspecto secundário das relações abusivas, mas sim como mecanismo central de controle e perpetuação da violência de gênero.

Os resultados obtidos evidenciam que o enfrentamento da violência patrimonial contra a mulher em Manaus exige fortalecimento das políticas públicas preventivas, ampliação da rede institucional de proteção e desenvolvimento de estratégias voltadas à autonomia econômica feminina. A pesquisa demonstra que o combate à violência doméstica demanda atuação multidisciplinar e contínua, envolvendo não apenas repressão jurídica, mas também ações educativas, sociais e econômicas capazes de reduzir desigualdades estruturais e promover efetiva garantia dos direitos das mulheres.

O quadro II a seguir apresenta uma síntese das principais produções científicas e institucionais utilizadas no desenvolvimento da pesquisa, destacando os objetivos, métodos empregados e principais resultados identificados em cada estudo. A organização dessas informações possibilita melhor visualização do panorama teórico e analítico relacionado às políticas públicas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, com ênfase na violência patrimonial e na realidade amazônica.

Quadro II - Síntese dos estudos utilizados na pesquisa

Autores	Objetivo	Método	Principais resultados
Alcantara et al. (2024)	Analisar o cuidado integral às mulheres vítimas de violência	Estudo qualitativo e revisão de literatura	Evidenciou a necessidade de atendimento interdisciplinar e fortalecimento da autonomia econômica feminina
Campos (2024)	Discutir o conceito de violência baseada no gênero na Lei Maria da Penha	Análise jurídica e bibliográfica	Demonstrou que a violência de gênero decorre de relações estruturais de desigualdade social
Costa et al. (2024)	Avaliar políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência contra mulheres	Estudo analítico de políticas públicas	Identificou que ações integradas possuem maior efetividade na proteção das vítimas
Gomes et al. (2025)	Investigar a influência das instituições pró-mulheres no enfrentamento da violência	Pesquisa quantitativa e documental	Verificou que organismos especializados fortalecem a proteção institucional
Instituto Igarapé (2024)	Analisar a violência contra mulheres na Amazônia Legal	Relatório técnico e análise estatística	Apontou vulnerabilidades estruturais e dificuldades de acesso à rede de proteção
Paiva et al. (2023)	Examinar os impactos da pandemia no acesso à justiça por mulheres vítimas de violência	Pesquisa qualitativa e documental	Demonstrou aumento das dificuldades de denúncia e proteção durante períodos de crise
Quirino et al. (2026)	Revisar a literatura sobre violência patrimonial contra a mulher	Revisão integrativa de literatura	Identificou invisibilidade social da violência patrimonial e associação com dependência financeira

Autores	Objetivo	Método	Principais resultados
Secretaria de Segurança Pública do Amazonas (2025)	Estabelecer estratégias estaduais de enfrentamento à violência contra mulheres	Documento técnico institucional	Definiu ações integradas de prevenção, proteção e fortalecimento da rede estadual
Sousa et al. (2024)	Analisar as fontes de informação sobre violência contra mulheres no Brasil	Pesquisa documental e análise de dados	Evidenciou limitações estatísticas e subnotificação dos casos de violência patrimonial
Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (2026)	Apresentar perfil sociodemográfico das ocorrências de violência doméstica no estado	Relatório estatístico institucional	Indicou crescimento das demandas relacionadas à violência doméstica e dependência econômica

Fonte: Própria dos autores.

A análise conjunta das fontes apresentadas evidencia convergência entre os estudos quanto à complexidade da violência doméstica e familiar contra a mulher, especialmente no que se refere à violência patrimonial e às dificuldades enfrentadas pelas vítimas para romper relações abusivas marcadas pela dependência econômica. Observa-se que os trabalhos selecionados enfatizam a necessidade de fortalecimento das políticas públicas preventivas, ampliação da atuação interinstitucional e desenvolvimento de estratégias voltadas à autonomia financeira feminina.

Além disso, os documentos institucionais e relatórios regionais demonstram que o contexto amazônico apresenta desafios específicos relacionados à vulnerabilidade social, à limitação estrutural dos serviços públicos e ao acesso à rede de proteção, fatores que tornam indispensável a construção de medidas integradas e regionalmente adaptadas para o enfrentamento da violência contra a mulher em Manaus, Amazonas.

5 CONCLUSÃO

A presente pesquisa permitiu compreender que a violência patrimonial contra a mulher constitui uma das formas mais silenciosas e complexas da violência doméstica e familiar, produzindo impactos significativos sobre a autonomia econômica, emocional e social das vítimas. A análise das produções científicas e documentos institucionais demonstrou que essa modalidade de violência permanece fortemente associada às desigualdades estruturais de gênero, funcionando como mecanismo de controle e perpetuação das relações abusivas dentro do ambiente familiar.

Os resultados obtidos evidenciaram que, embora existam avanços normativos e institucionais voltados ao enfrentamento da violência contra a mulher, ainda persistem limitações relacionadas à efetividade das políticas públicas preventivas, especialmente no contexto amazônico. Em Manaus, fatores como vulnerabilidade social, dependência econômica, limitações estruturais da rede de proteção e dificuldades de acesso aos serviços públicos contribuem para intensificação dos desafios enfrentados pelas mulheres vítimas de violência patrimonial.

A pesquisa também demonstrou que o fortalecimento das instituições especializadas e da atuação intersetorial do Estado representa elemento fundamental para melhoria das políticas de

prevenção e proteção às mulheres. A integração entre segurança pública, assistência social, saúde e Poder Judiciário mostrou-se indispensável para garantia de acolhimento adequado, acesso à justiça e proteção integral das vítimas, sobretudo diante da complexidade das múltiplas formas de violência doméstica identificadas no estudo.

Outro aspecto relevante observado refere-se à necessidade de ampliação das políticas públicas voltadas à autonomia financeira feminina. Verificou-se que a dependência econômica constitui fator determinante para permanência das vítimas em relações abusivas, tornando indispensável o desenvolvimento de estratégias de inclusão produtiva, qualificação profissional e fortalecimento econômico das mulheres em situação de vulnerabilidade social.

Portanto, que o enfrentamento da violência patrimonial contra a mulher em Manaus exige atuação contínua, integrada e multidisciplinar, envolvendo não apenas medidas repressivas, mas também ações educativas, preventivas e sociais capazes de reduzir desigualdades estruturais e promover efetiva proteção dos direitos das mulheres. Além disso, a pesquisa reforça a importância da ampliação dos estudos científicos voltados à violência patrimonial, considerando a necessidade de maior visibilidade acadêmica, institucional e social dessa forma de violência doméstica no contexto amazônico.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho representa não apenas a conclusão de uma pesquisa acadêmica, mas também o fortalecimento do compromisso com a defesa da dignidade humana, da justiça social e da proteção dos direitos das mulheres. A temática abordada reforça a importância da produção científica como instrumento de reflexão crítica e contribuição social, especialmente diante dos desafios enfrentados no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher no contexto amazônico.

Agradecemos a todos os docentes, colegas e profissionais que contribuíram direta ou indiretamente para o desenvolvimento desta pesquisa, seja por meio do incentivo acadêmico, das discussões científicas ou do compartilhamento de conhecimentos fundamentais para a construção deste estudo. O apoio recebido ao longo dessa trajetória foi essencial para o amadurecimento das análises e para a consolidação dos objetivos propostos.

Registramos também a gratidão às instituições públicas, científicas e sociais que desenvolvem ações de enfrentamento à violência contra a mulher e produzem dados, pesquisas e políticas públicas voltadas à proteção feminina. Que este trabalho possa contribuir, ainda que de forma modesta, para ampliação do debate acadêmico e fortalecimento das estratégias de prevenção, acolhimento e garantia de direitos às mulheres em Manaus, Amazonas, e em toda a Amazônia.

REFERÊNCIAS

ALCANTARA, Rafaela de Sousa et al. Cuidado integral às mulheres vítimas de violência. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/QrCh6D3w4hVmzBnb6DbcvKB/?format=html&lang=pt. Acesso em: 13 maio 2026.

CAMPOS, Carmen Hein de. Violência baseada no gênero na Lei Maria da Penha: um conceito em disputa. Direito e Práxis, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rdp/a/tCZhPCGJfKnXmF3SrvswKWQ/?lang=pt. Acesso em: 13 maio 2026.

COSTA, Ana Alice Alcântara et al. Violência contra a mulher: um modelo de avaliação de políticas públicas. Revista Katálysis, Florianópolis, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rk/a/qh4srjL9HNSjddwrXDxV59g/?lang=pt. Acesso em: 13 maio 2026.

GOMES, Carla de Castro et al. A existência de instituições pró-mulheres e a violência contra mulher no Brasil. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rap/a/QyxGZkgsvYBjCDzDj4pR3Pb/. Acesso em: 13 maio 2026.

INSTITUTO IGARAPÉ. A violência contra mulheres na Amazônia Legal nos últimos cinco anos em comparação com o restante do país. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, 2024. Disponível em: https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2024/03/SC_PT_Violencia-Contra-Mulheres-na-Amazonia-5anos.pdf. Acesso em: 13 maio 2026.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes et al. O impacto da pandemia de Covid-19 no acesso à justiça para mulheres em situação de violência doméstica e familiar. Saúde em Debate, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sdeb/a/SX7QCxqBMSwjkQ573YXcpgR/?lang=pt. Acesso em: 13 maio 2026.

QUIRINO, Ana Paula et al. Violência patrimonial: uma revisão integrativa da literatura. Revista Brasileira de Segurança Pública, São Paulo, 2026. Disponível em: https://revista.forumseguranca.org.br/rbsp/article/view/2068. Acesso em: 13 maio 2026.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO AMAZONAS. Plano Estadual de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulheres. Manaus: SSP-AM, 2025. Disponível em: https://www.ssp.am.gov.br/wp-content/uploads/2025/07/Plano-Estadual-de-Prevencao-e-Enfrentamento-a-Violencia-Contra-Mulher.pdf. Acesso em: 13 maio 2026.

SOUSA, Maria Cecília de et al. Fontes de informação sobre a violência contra a mulher no Brasil. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sssoc/a/GCpHjnWHRWVh6B4v6v7xV7v/?lang=pt. Acesso em: 13 maio 2026.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS. Perfil sociodemográfico de mulheres e autores de violência doméstica e as circunstâncias da violência no ano de 2025. Manaus: TJAM, 2026. Disponível em: https://www.tjam.jus.br/index.php/ouvidoria-da-mulher/relatorios/16548-perfil-sociodemografico-de-mulheres-e-autores-de-violencia-domestica-e-as-circunstancias-da-violencia-no-ano-de-2025. Acesso em: 13 maio 2026.